

Panorama do Comércio Internacional dos Estados da Região Sul

Artigo Completo

Alex de Souza Jerônimo (UEMS/Ponta Porã) alex.jeronimo@live.com
Pedro Richard Lopes Ientzsch (UEMS/Ponta Porã) pedrorichard007@hotmail.com
Pablo Sam Lou (UEMS/Ponta Porã) pablo.lou@live.com
Claudia Maria Sonaglio (UEMS/Ponta Porã) claudia.sonaglio@gmail.com

Resumo

O comércio internacional tem sido foco de ampla discussão ao longo dos últimos anos, em função dos efeitos da apreciação cambial, das crises internacionais, do movimento dos preços, entre outros fatores. Os saldos comerciais refletem o desempenho em nível de comércio, mas também agregam informações importantes sobre a especialização produtiva da região e sobre o nível de competitividade da produção, o que por sua vez, têm impacto no crescimento em longo prazo. Diante da diversidade produtiva regional do Brasil, é crescente a demanda por informações sobre o padrão de especialização produtiva e a inserção no comércio internacional, a fim de se criar incentivos à produção, o que por sua vez, ampliaria a inserção externa e o crescimento econômico no longo prazo. O presente artigo tem por objetivo analisar o panorama do comércio internacional da macrorregião Sul do Brasil e sua influência no crescimento econômico da mesma. Procurou-se identificar o padrão e a direção do comércio internacional dos estados que compõe a macrorregião Sul do Brasil e analisar o quantum comercializado e os termos de troca dos mesmos. Os dados de comércio foram obtidos junto ao site AliceWEB2 e se limitaram ao período de 1997-2012. A análise foi realizada pela desagregação de produto, respeitando a compatibilidade da desagregação de dois (2) dígitos da Nomenclatura comum do MERCOSUL (NCM). São considerados os valores nominais em dólar expressos em valor FOB. Observou-se na pesquisa uma mescla de forças produtivas na composição da cesta exportadora do Sul brasileiro, duas das quais, a indústria e a agropecuária, têm maior destaque nessa designação. Pelo lado das importações o padrão indicou maior gasto de recursos na compra de produtos feitos com alta tecnologia e de alto valor agregado.

Palavras-chave: Comércio, Internacional, Macrorregião Norte, padrão de especialização, Índice de quantum.

1 Introdução

A macrorregião Sul do Brasil tem, no total, uma área de 576.774.310 km², correspondente a 6,76% do território brasileiro, a menor das entre todas as regiões. Faz fronteira com três países do CONE-sul: Uruguai, Argentina e Paraguai. A colonização é marcada pela presença de imigrantes europeus, na maioria, italianos, alemães, poloneses e ucranianos, que influenciaram diretamente na formação econômica do local.

Ela é formada por apenas três estados da Federação e mantém estável sua importância na economia do Brasil. Entre os anos de 1997 e 2011, a média da participação da macrorregião no PIB nacional ficou registrada em 16,9% do total, diante de um crescimento médio de 10% ao ano do produto interno bruto brasileiro. O Rio Grande do Sul é o líder em participação representativa em todos os anos da comparação, em média é 41,4% do PIB da região Sul. Na segunda posição vem o estado do Paraná, que apresenta muitas variações positivas e negativas em sua representatividade no PIB do Sul ao longo dos anos do período, na média, ele é 35,7% do produto bruto do Sul. Em terceiro, Santa Catarina por sua vez, foi o estado que mais aumentou sua participação no produto da macrorregião, em 1997 representava 21% do total do sul, em 2011 alcançou a marca de 24,1% e, na média registrou 23,2% do produto bruto catarinense.

Entre as grandes indústrias instaladas na Região Sul do Brasil algumas merecem destaque por seu valor de produção e popularidade no mercado: no Paraná, além do destaque da indústria têxtil, podemos destacar que na região metropolitana de Curitiba, capital do Paraná, está instalado o segundo maior pólo automobilístico da América Latina. Empresas como Audi, Volkswagen, Renault, Volvo, New Holland, Chrysler, Kia Motors, entre outras estão instaladas por lá. Em Santa Catarina o destaque da produção industrial, marcada pela fabricação têxtil e de produtos alimentícios pode ser destacado nos resultados de empresas como a Bunge Alimentos, a Brasil Foods e a Hering. No Rio Grande do Sul, importante produtor de calçados tem a Renner, como uma das formadoras de sua indústria. O Sul é a segunda região do Brasil em número de trabalhadores e em valor e volume da produção industrial.

2 - Teorias de Comércio Internacional

Apresenta-se a seguir os principais modelos teóricos de comércio internacional, com o intuito de explicar os motivos pelos quais os países comercializam. Essa abordagem teórica é útil para a análise do comércio exterior brasileiro com os seus principais parceiros, a Argentina, os Estados Unidos e a China.

2.1 Modelo de Vantagens Comparativas

Segundo Krugman e Obstfeld (2001), o modelo Ricardiano ou Modelo de Vantagens Comparativas resulta das diferenças internacionais na produtividade do trabalho. A principal conclusão do modelo é que o comércio entre dois países pode beneficiar ambos, se cada um produzir os bens nos quais possui vantagens comparativas. Isto é, o país deve se especializar na produção do bem que faz com menor custo de oportunidade relativo. Desse modo, o bem estar de ambos os países, bem como o mundial, será elevado.

O modelo explica o comércio entre dois países que produzem dois bens com um único fator de produção, o trabalho. Em um exemplo hipotético da produção de computadores e rosas, os países devem alocar o total do fator de produção nesses dois bens. Considera-se que o país local tem vantagem na produção de computadores e o estrangeiro em rosas e que os recursos utilizados para a produção de rosas no país local poderiam ter produzido cem mil computadores. Da mesma forma, os recursos que são utilizados para a produção de computadores no estrangeiro, poderiam ter produzido dez milhões de rosas.

Nesse contexto, com a inserção no comércio internacional, o país local deixaria de produzir rosas dedicando seus recursos para a produção de computadores, importando as rosas produzidas no estrangeiro. Haveria uma produção indireta de rosas pelo país local, que se especializa na produção de computadores e troca no estrangeiro a sua produção por rosas. Isso elevaria a oferta de ambos os produtos e ampliaria o bem estar econômico.

Nesse modelo, os países têm ganhos ao ingressarem no comércio internacional, mesmo se um deles tiver vantagem absoluta na produção de ambos os bens. Conforme Dalla Costa e Souza Santos (2010), Ricardo considera que o país deveria voltar os seus esforços produtivos ao bem com menor custo de oportunidade relativo, independentemente de outros países produzirem a mesma mercadoria mais barato. Para Cavalcanti (2002) na teoria de Ricardo a especialização e o comércio são vantajosos, mesmo sem a existência da vantagem absoluta.

Vale ressaltar que as conclusões do modelo de Ricardo dependem das análises de custos de oportunidades relativos, o que implica no conceito de Vantagens Comparativas. Assim, de acordo com Krugman e Obstfeld (2001), a conclusão principal do modelo de Ricardo é que “um país tem vantagens comparativas na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção do bem em termos de outros bens é mais baixo que em outros países.” Essa especialização, culmina em expansão dos mercados e aumenta a eficiência econômica pelos ganhos de escala.

Jayme Jr (2001) afirma que com base no modelo Ricardiano, o comércio internacional viabiliza a alocação eficiente dos recursos econômicos, pois possibilita a importação de bens e serviços que se produzidos internamente teriam custos superiores. Assim, ao ingressarem no comércio internacional os países em desenvolvimento teriam acesso a bens de capital e intermediários a custos menores, via importação. Isso agregaria efeitos de longo prazo sobre o processo de crescimento econômico.

2.2 Modelo de Heckscher-Ohlin

A teoria de Heckscher-Ohlin também chamada de teoria das proporções dos fatores destaca que o comércio internacional ocorre em virtude das diferentes dotações de fatores produtivos (terra, capital e trabalho) entre os países. A diferença nas proporções de fatores de produção implica em diferença nos preços relativos desses fatores. Isto é, quanto mais abundante o fator em determinado país, menor será o preço (custo) desse fator. E, esses preços, afetam as decisões de alocação desses fatores na produção em autarquia. Assim, cada país decidirá o que irá produzir buscando maximizar os retornos (bem-estar).

Segundo Jayme Jr. (2001, p.3), o modelo de H-O, considera um conjunto de pressupostos essenciais e restritivos:

“À sustentação da validade do modelo H-O requer algumas hipóteses(...). A primeira hipótese supõe que as funções de produção apresentem produtividade dos fatores positiva, porém decrescente, e retornos constantes de escala. Os dois bens devem possuir diferentes funções de produção, sem o que não seriam bens distintos. Esta primeira hipótese é, como sabido, básica para o argumento neoclássico. A segunda hipótese considera que a estrutura da demanda é idêntica nos dois países. Isto significa que, dado qualquer preço relativo, a proporção nas quais os dois bens são consumidos independe do nível de renda (este é o caso de uma função utilidade homotética). Finalmente, a terceira hipótese exclui a possibilidade de reversão na intensidade do uso dos fatores”.

A produção máxima de um país é limitada pelo seu estoque de fator de produção, que formará a fronteira de possibilidade de produção. Os preços relativos dos bens, que são determinados pelo mercado em uma estrutura de concorrência perfeita, formam a curva de isovalor; o ponto máximo de produção ocorre na tangência dessa curva com a de fronteira de possibilidade de produção. Nesse ponto haverá as definições de quantidades produzidas de cada um dos bens.

É desse modo que cada país decide as quantidades produzidas de cada bem, em função dos custos dos fatores de produção e dos preços relativos dos bens. Logo, enquanto houver diferença nos preços relativos entre os países haverá justificativa para o comércio entre os países.

De acordo com Salvatore (2007) a teoria de Heckscher-Ohlin pode ser expressa sob a forma de dois teoremas: o teorema de Heckscher-Ohlin e o teorema de equalização de preços de fatores.

O teorema de Heckscher-Ohlin postula que uma determinada nação irá exportar aquela mercadoria, cuja produção exige a utilização intensiva do fator relativamente abundante e barato da nação e irá importar aquela mercadoria cuja produção exige a utilização intensiva do fator relativamente escasso e caro da nação.

Essa dicotomia entre essas duas economias nacionais incentiva as trocas comerciais, em que cada um exporta o bem em relação ao qual é mais intensivo no fator abundante e importa o bem intensivo no fator relativamente escasso. Isso não quer dizer que os dois países deixem de produzir algum dos dois bens, mas sim que usam o comércio internacional para suprir a dificuldade de produzir bens intensivos no fator escasso, reduzindo os preços desses bens e aumentando a eficiência da economia como um todo (Dalla Costa e Souza Santos, 2010).

Ainda, como ressalta Jayme Jr. (2001) o modelo presume que o comércio internacional leva a um novo ponto “Pareto-eficiente” de equilíbrio, com ampliação do bem-estar dado a realocação Inter setorial dos recursos. “Os movimentos nos preços relativos criam diferenciais Inter setoriais de remuneração de fatores que estimulam o movimento de fatores de produção até o ponto em que tais diferenciais sejam eliminados” (p.4).

A equalização de preços de fatores postula que o comércio internacional propiciará a equalização nos retornos em relação a fatores homogêneos, ou idênticos, por entre as nações. Assim, no equilíbrio, com dois países de deparando com os mesmos preços relativos dos produtos, empregando as mesmas tecnologias e com retorno constante de escalo, os preços dos fatores serão iguados (Krugman e Obstfeld, 2001). Contudo, a existência de custos de transportes, instrumentos de política comercial (tarifas, subsídios, etc.) e outras políticas econômicas, não validam empiricamente esse teorema.

Nessa abordagem teórica com o comércio internacional a alocação dos fatores abundantes tende a ser mais eficiente, o que amplia a remuneração dos proprietários do fator abundante. Essa seria uma terceira contribuição derivada do modelo de Heckscher-Ohlin, postulada como o teorema de Stolper-Samuelson: “Com pleno emprego, o aumento no preço do fator abundante e a queda do preço do fator escasso decorrente do comércio implicam que os proprietários do fator abundante verão suas rendas reais aumentarem, ao passo que diminuirá a renda real dos proprietários de fator escasso” (Krugman e Obstfeld, 2001). Essas conclusões apontam os efeitos do comércio internacional sobre a distribuição de renda nos países.

As teorias tradicionais do comércio internacional, segundo Sarquis (2011, p. 35) assumem a existência de uma relação direta entre abertura comercial e expansão da atividade econômica, “no sentido de que a primeira pode levar à segunda. Os ganhos do comércio são expressos em um salto de renda e em uma elevação do nível de bem-estar” não apenas em nível doméstico, mas também em termos globais, pois haverá maior eficiência tecnológica e alocativa.

Contudo, com o aprofundamento das relações de comércio entre os países, as teorias tradicionais, que se concentravam em explicar os fluxos de comércio entre os países que produziam em setores diferenciados com composição diferentes de fatores de produção, não é mais capaz de explicar os fluxos de comércio entre países que comercializam os mesmos bens, porém com grau de tecnologias diferenciadas (Sarquis, 2001). Surgem então as novas teorias de comércio internacional.

2.3 Novas teorias de comércio internacional

Essa abordagem surge na tentativa de contemplar a existência de economias de escala, das quais poderiam surgir ganhos tecnológicos e outras estruturas de mercado, ausentes nas teorias tradicionais.

As análises de comércio internacional passam a ser feitas sob hipóteses de concorrência imperfeita e existência de economia de escalas. De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006), economia de escala ocorre quando à medida que a produção cresce, o custo de produção médio tende a cair. Tais economias de escalas, como destaca Carbaugh (2004) existem em indústrias que empregam técnicas de produção em massa e utilizam bens de capital, pois “reduzem custos empregando máquinas e trabalho especializados, operando a produção por meio de linhas de montagem, obtendo descontos por quantidade na aquisição dos fatores de produção”. Assim, existência de economias de escala agrega incentivos adicionais de custo para a especialização da produção. Essa especialização permite a produção em larga escala, que conduz a custos médios decrescentes.

Como destaca Dalla Costa e Souza Santos (2010) em um ambiente de comércio internacional, se um país se especializar na produção de uma gama restrita de bens, esse tende a reduzir o seu custo de produção e poderá oferecer bens a preços menores no mercado internacional.

Nessa abordagem teórica os consumidores possuem preferências por produtos diferenciados, mesmo que produzidos na mesma indústria. Desse modo, os países não necessitam se especializar em setores distintos. A produção diferenciada ocorre pelas diferentes proporções relativas de fatores de produção. A ampliação dos mercados, via comércio internacional, permite os ganhos de escala, em ambiente de concorrência imperfeita.

A intensificação das trocas intra-indústrias, isto é, a capacidade do país importar e exportar bens de um mesmo setor, a partir da internalização das cadeias de produção intensificou a relação entre o comércio internacional e o crescimento econômico. Nesse sentido, Sarquis (2011) ressalta que o modelo de comércio intra-industrial explicaria os fluxos de comércio Norte-Norte e as teorias tradicionais se aplicam mais às análises dos fluxos Norte-Sul.

2.4 – Comércio Internacional e crescimento econômico: algumas considerações

A discussão sobre os efeitos do comércio internacional no crescimento econômico são mais contundentes nas teorias heterodoxas, especificamente, a partir dos pressupostos Kaldorianos e das restrições externas ao crescimento.

O modelo kaldoriano pressupõe o processo de crescimento como resultado da interação entre o setor industrial, submetido a retornos crescentes de escala, e os demais setores submetidos aos retornos decrescentes (especialmente a agricultura). Com o aumento da produção no setor industrial, aumenta a produtividade do trabalho e, com isso, o salário real. Este aumento de salário atua como um atrativo que desloca a mão de obra alocada nos demais setores. Esse deslocamento, por sua vez, aumenta a produtividade total da economia em virtude da redução do excesso de oferta de trabalho nos setores que atuam com retornos decrescentes e, também, estimula o crescimento do produto, dado o aumento da demanda resultante da maior massa de salários. Evidencia-se, portanto, que os crescimentos das taxas de produtividade e do produto são influenciados pela expansão do setor de manufaturas, o qual passa a ser considerado o “motor do crescimento” (MCCOMBIE; THIRLWALL, 1994).

A ideia de causalidade cumulativa está associada à existência de uma realimentação mútua entre crescimento e retornos crescentes de escala dinâmicos, associado ao maior progresso técnico induzido pela expansão da produção. Dixon e Thirlwall (1975) formalizam a ideia kaldoriana em um modelo que enfatiza a importância do componente autônomo da demanda agregada sobre o crescimento, com destaque ao crescimento das exportações; ainda, pressupõe que a produtividade do trabalho é parcialmente dependente da taxa de crescimento do produto (lei de Verdoorn).

Logo, o argumento colocado para propiciar uma maior taxa de crescimento é fundamentalmente uma questão de fazer com que as regiões sejam mais competitivas e/ou alterar a estrutura industrial no sentido de produzir bens com maior elasticidade renda da demanda por exportações e com maiores coeficientes de Verdoorn, o que estimularia a expansão da indústria de transformação e o aumento da produtividade. Isso contribuiria para acelerar a taxa de mudança tecnológica de toda a economia, aumentando sua competitividade no mercado externo. Nesse sentido, a especialização em bens de menor conteúdo tecnológico não é benéfica ao crescimento da região.

Essa maior competitividade representa um estímulo à exportação, que desempenha papel fundamental dentro da teoria kaldoriana, uma vez que as exportações são o único componente autônomo da demanda capaz de estimular o crescimento sustentável da economia (*Export-Led Growth Model*). Isso porque a principal restrição do crescimento liderado pela demanda está na condição de equilíbrio do Balanço de Pagamentos.

Segundo abordagem, restrições do Balanço de Pagamentos (Thirwall, 1979) podem influenciar a taxa de crescimento da economia, pois determinam a subutilização da capacidade dos recursos existentes. Ou seja, é possível que antes que as restrições de oferta comecem a operar, as condições de restrição da demanda assim o façam, determinando que a economia opere sempre abaixo do ponto de pleno emprego, ou seja, fixando uma taxa de crescimento menor em relação ao produto potencial. Em outras palavras, o argumento é de que nenhum país pode crescer – pelo menos no longo prazo – a taxas superiores àquelas que garantem o equilíbrio no Balanço de Pagamentos. Isso porque déficits crescentes financiados pela entrada de capitais levam a expectativas crescentes de desvalorização e/ou porque déficits crescentes requerem aumentos da taxa de juros para estimular a entrada de capitais, o que estimula a valorização financeira do capital em prejuízo do crescimento real da economia (PORCILE; CURADO, 2002).

Um modelo de crescimento liderado pelas exportações, pode atenuar essas restrições de Balanço de Pagamentos, oferecendo as divisas requeridas pelo processo de importações. Contudo, como destaca Jaime Jr. (2001) é preciso atentar para os efeitos das elasticidades-renda das importações. Dado que um crescimento liderado pelas exportações, não implica, necessariamente, em crescimento estável em longo prazo, pois se essas elasticidades-renda das importações forem elevadas, isso não permitirá que a renda cresça sem restringir o equilíbrio externo.

Assim, em termos de política econômica, é importante saber quais os determinantes dessa taxa de crescimento e, principalmente, como é possível relaxar esta restrição. Por um lado, esses modelos mostram que a taxa de crescimento está associada às elasticidades-renda das exportações e importações. Assim, quanto maior a elasticidade-renda das exportações e menor a das importações, maior tende a ser a taxa de crescimento da economia com equilíbrio no Balanço de Pagamentos. Logo, um aumento na taxa de crescimento da economia passa pela mudança no padrão de especialização, ou ainda, pela necessidade de que o país ou região importe menos ou exporte mais. Nesse caso, a exportação pode ser estimulada por desvalorizações cambiais ou pela implementação de políticas específicas. Assim, a implicação mais importante que deriva desta análise refere-se à necessidade de mudança na pauta de exportação, com ênfase na exportação de produtos com alta elasticidade renda. Em síntese, a restrição externa pode obstruir o crescimento econômico. Uma forma de relaxar esta restrição é estimular a produção e a exportação de produtos com alta elasticidade-renda, sendo necessário, para isso, que o padrão de especialização da economia possibilite a adoção desta estratégia.

3. Metodologia

As séries de dados referentes aos fluxos de exportação e importação foram obtidos junto ao site AliceWEB2; utilizou-se os valores nominais expressos em dólares FOB. A análise segue a

desagregação de produto, respeitando a compatibilidade da desagregação de dois (2) dígitos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). A partir dos dados de valor em dólares e quantidades em quilogramas comercializadas foi possível obter os preços médios por quilogramas de forma indireta.

Com o uso da estatística descritiva identificou-se os principais produtos na pauta de comércio dos estados da macrorregião sul, que permite analisar o padrão de especialização. A caracterização da direção do comércio de cada estado, foi feita a partir da identificação dos principais parceiros comerciais. Além disso, foram calculados os principais indicadores de comércio internacional, tais como: saldo de balança comercial, análise dos termos de troca e de variação no *quantum*.

A metodologia utilizada para o cálculo da variação de *quantum* segue a proposta pela Funcex–Fundação Centro de Estudos do Comercio Exterior, para cálculo dos índices agregados. Os índices de preços são determinados a partir do índice de Fischer e foram calculados a cada período, de acordo com a expressão abaixo:

$$I_P^{0,1} = \sqrt{\frac{[\sum p_i^1 * q_i^0]}{[\sum p_i^0 * q_i^0]} * \frac{[\sum p_i^1 * q_i^1]}{[\sum p_i^0 * q_i^1]}}$$

Em que p_i^0 é o preço da mercadoria i no período-base e p_i^1 o preço da mercadoria i no período subsequente; q_i^0 é a quantidade da mercadoria i no período-base; e q_i^1 refere-se à quantidade da mercadoria i no período seguinte.

O índice de quantum foi calculado de forma implícita, onde v corresponde ao valor FOB de exportação (importação) em cada período, conforme a expressão a seguir:

$$I_q^{0,1} = \left(\frac{v^1}{v^0}\right) / I_P^{0,1}$$

São calculados também, os termos de troca para os estados da região sul. Segundo Appleyard *et. al.* (2008). Os termos de troca são definidos, para qualquer região, como os preços das exportações em relação às importações. A partir do índice de preços ponderado, é possível obter essa relação tomando como base um determinado período.

4 Evolução do Comércio Internacional na Macrorregião Sul

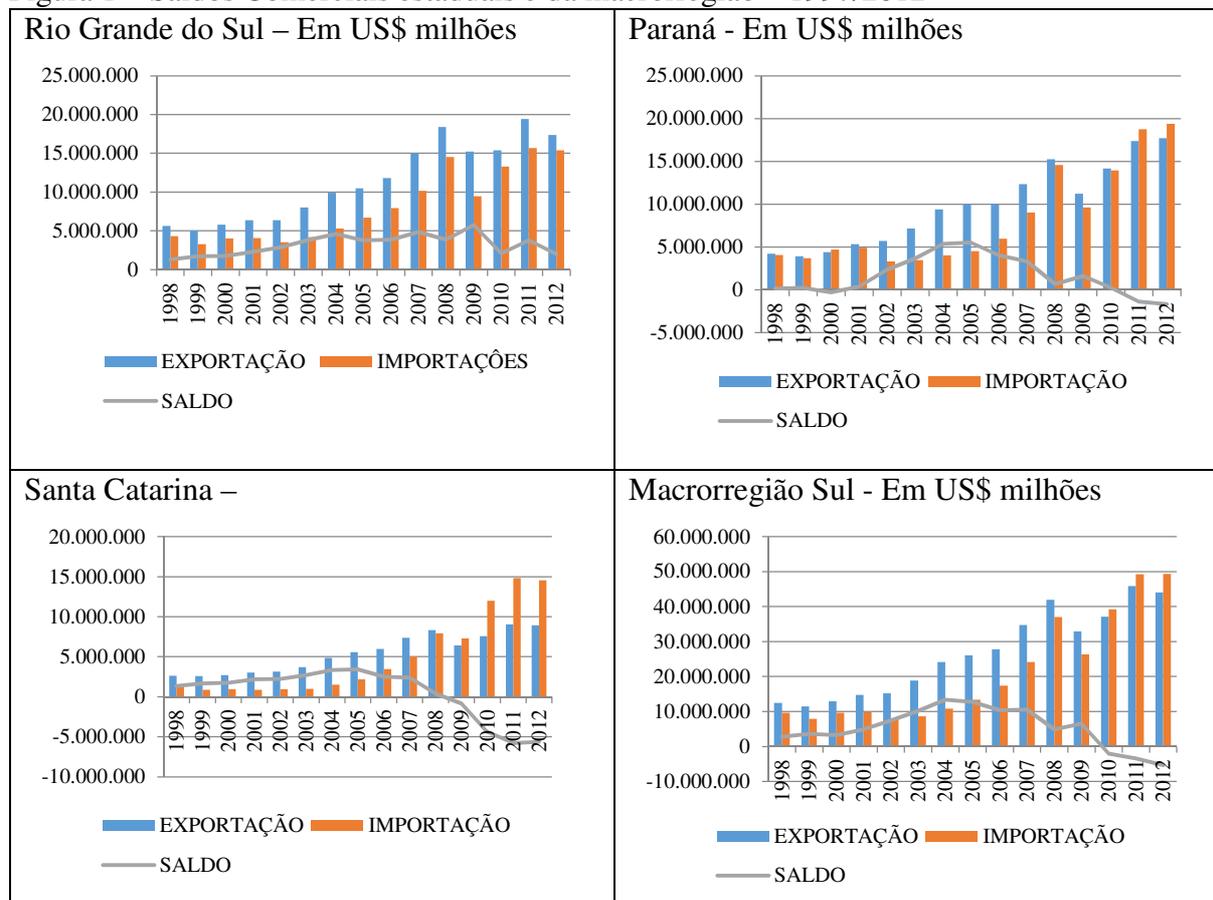
No acumulado nos anos entre 1997 e 2012, a região Sul registrou em sua totalidade, um montante financeiro na ordem de US\$ 414 bilhões em exportações, 21,09% do total exportado pelo Brasil. Nas importações, no acumulado do mesmo período, o volume financeiro alcançado pelo Sul foi de US\$ 328,96 bilhões, 19,89% do total exportado pelo Brasil. Dessa forma o saldo da balança comercial da macrorregião ficou em US\$ 85,04 bilhões.

Nas exportações, os fluxos acumulado do período entre os anos de 1997 e 2012, a participação de cada estado da região ficou da seguinte forma: Santa Catarina exportou US\$ 84,71 bilhões (20,45% do total regional); Paraná movimentou US\$ 153,14 bilhões (36,96%); e, o Rio Grande do Sul exportou US\$ 176,45 bilhões (42,59%). A participação nas importações de cada estado foi de 23,12% para Santa Catarina, que importou US\$ 76,07 bilhões; 38,71% corresponde a participação do Paraná nas importações regionais (US\$ 127,35 bilhões); e, 38,16% corresponde ao total importado pelo Rio Grande do Sul (US\$ 125,53 bilhões). Os saldos comerciais foram positivos em todos os estados, sendo US\$ 8,64 bilhões a participação de Santa Catarina; US\$ 25,79 bilhões para o Paraná e US\$ 50,92 bilhões o saldo comercial do Rio Grande do Sul.

Embora ao longo do período os saldos acumulados sejam positivos, a análise anual, expressa na Figura 1, indica que somente o estado do Rio Grande do Sul manteve superávit na balança comercial, porém com tendência decrescente. Os demais registram saldos negativos a partir de 2009, no caso de Santa Catarina e em 2010, para o Paraná, depois de um longo período de

superávit. A análise agregada para a macrorregião, desde 2010 há registro de déficit no comércio internacional.

Figura 1 – Saldos Comerciais estaduais e da macrorregião – 1997/2012



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MDCI, SECEX.

A análise do padrão de especialização do comércio internacional para esses estados é apresentada a seguir. Como o estudo aborda um período longo de tempo, optou-se pela análise do padrão de especialização ao longo do período. Assim, destacou-se a composição de bens que compõe aproximadamente cinquenta por cento dos fluxos de exportação e/ou importações.

Nas importações do Paraná observou-se, ao longo do período 1997 a 2012, que os três tipos de bens que mais dispenderam valores para compra foram: Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres; Suas partes e acessórios em primeiro lugar e representou 17,11% do total importado. Em segundo lugar, os Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes que representam 16,31% do total das importações do estado, seguido de Combustíveis minerais, óleos Minerais e produtos da sua destilação; Matérias betuminosas; Ceras Minerais que representam 14,94% desse montante, no acumulado do período estudado.

Nas exportações do Paraná destacam-se quatro tipos de bens que mais geraram recursos em sua venda para o exterior: Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens em primeiro lugar geral, com 14,71% da renda gerada; seguido por Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres; Suas partes e acessórios (12,60%); em terceira posição os bens do tipo Carnes e miudezas, comestíveis que registraram 11,00% dos valores recebidos. Em quarto observou-se os itens do tipo Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais com 10,31% dos valores exportados.

No Rio Grande do Sul, as importações no acumulado entre 1997 e 2012, registraram a

concentração em três tipos bens. Em primeiro lugar, com 37,44% do montante relativo à compras do estrangeiro, aparecem itens do tipo Combustíveis minerais, óleos Minerais e produtos da sua destilação; Matérias betuminosas; Ceras Minerais; em segundo, destaca-se os Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres; Suas partes e acessórios, com 12,90%, seguido por Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes em terceiro lugar com 11,04% do total acumulado.

Ainda no Rio Grande do Sul, falando do acumulado entre os anos de 1997 e 2012, apresentou quatro tipos de produtos como os principais em sua cesta exportadora. Em ordem decrescente destaca-se o Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados (12,25%); Carnes e miudezas, comestíveis (10,48%); Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes (10,24%); Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens (8,92%).

O estado de Santa Catarina, no mesmo período, apresentou quatro tipos de produtos em destaque na sua pauta de importações. A distribuição relativa em ordem decrescente apresenta: Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes (12,84%); Plásticos e suas obras (10,80%); Cobre e suas obras (10,46%); seguido por Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; Aparelhos de gravação ou de reprodução de som; Aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios (8,72%).

Na pauta exportadora do estado catarinense, quatro são os produtos que concentram mais recursos obtidos com suas vendas. O primeiro e mais importante item da lista com 25,68% dos recursos no acumulado entre 1997 e 2012, são os itens do tipo Carnes e miudezas, comestíveis. Na segunda colocação Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes, com 15,72%; seguido por Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; Aparelhos de gravação ou de reprodução de som; Aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios (7,96%). Em quarto são os produtos do tipo Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados (7,72%).

De forma geral, os estados da macrorregião sul importam bens finais de valor agregado, com média intensidade tecnológica, e combustíveis, e exportam produtos de menor valor agregado, como carnes e sementes. No entanto, no caso de Santa Catarina, se observa um fluxo intraindustrial no caso de Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes e Aparelhos de gravação ou de reprodução de som.

A análise da direção de comércio para o estado do Paraná permite destacar como origem das importações cinco países: Argentina (12,48%), Nigéria (11,72%), China (10,05%), Alemanha (9,29%) e Estados Unidos (8,26%). No caso das exportações, os principais destinos são: China (10,67%), Argentina (8,72%), Estados Unidos (7,93%), Alemanha (7,04%) e Holanda (6,08%). O estado de Santa Catarina importa principalmente da China (21,40%), Argentina (11,30%), Chile (10,04%), Estados Unidos (7,94%) e Alemanha (5,32%). E exporta principalmente para os Estados Unidos (17,90%), Argentina (7,11%), Holanda (5,65%); Japão (5,28%) e Alemanha (4,98%).

A origem das importações do Rio Grande do Sul é predominantemente da Argentina (27,10%), Nigéria (12,52%); Argélia (8,20%), Estados Unidos (8,01%) e Alemanha (4,70%). E, os principais mercados das exportações gaúcha são: Estados Unidos (14,63%), China (10,70%), Argentina (9,91%), Alemanha (3,32%) e Holanda (3,09%).

5 Números Índice

Nas importações de Santa Catarina a comparação entre 2012/1997 o índice de Fischer indica o número 203,25, ou seja, 103,25% de aumento. Nas exportações a comparação entre 2012/1997 o índice Fischer aponta um aumento de 134,03, ou seja, um aumento de 34,03%. O quantum exportado aumentou 2,37, no mesmo período, enquanto o quantum importado subiu em patamar

mais elevado, registrado em 5,08. A relação termos de troca em Santa Catarina nos mostra que o valor das exportações cobriu apenas 65,94% do valor importado, a menor da região Sul. Tal situação evidencia que Santa Catarina obteve perdas nos termos de troca.

As importações do Rio Grande do Sul, na comparação feita entre 2012/1997 a variação indica o número 216,58, ou seja, aumento de 116,58%. As exportações gaúchas, na comparação entre os anos 2012/1997, registraram esse mesmo índice na ordem de 160,64, ou seja um aumento de 60,64%. O quantum exportado aumentou 1,72, nesse mesmo período, enquanto o quantum importado sofreu uma elevação pouco maior registrado em 1,90. A relação termos de troca evidencia que o valor das exportações cobriu apenas 74,17% do valor total importado, indicando perda nos termos de troca para este estado.

No Paraná o índice de Fischer calculado ano a ano para suas importações entre 2012/1997 o índice de Fischer registrou o número 169, ou seja, aumento de 69%. As exportações paranaenses na comparação entre 2012/1997 o índice Fischer registrou número 158,45, ou seja 58,45% de aumento. O quantum exportado aumentou 2,30, nesse mesmo período, já o quantum importado cresceu na ordem de 3,46. A relação termos de troca no estado paranaense mostra que o valor das exportações cobriu 93,66% do valor importado, o maior da região Sul, porém o registro de perda nos termos de troca do estado.

Em todos os estados da região foi registrado, para a comparação entre 1997/2012, aumento maior das importações em relação aquilo que se exporta. Nessa mesma análise, nenhum dos estados conseguiu preço maior de exportações em relação às importações. O preço das exportações supera o das importações em poucas comparações feitas em um ano com o seu subsequente, na maioria das vezes é observado o contrário. Ou seja, na comparação geral e na maioria das comparações exibidas na tabela, as exportações do Sul não conseguem financiar suas importações gerando os efeitos que essa situação implica.

A tabela 1, mostra os índices calculados na pesquisa para cada estado.

Tabela 1 – Índices de Comércio Exterior dos estados da Macrorregião Sul

Rio Grande do Sul					
	Índice Preço (Fischer) (Exportações)	Quantum Exportado	Índice Preço (Fischer) (Importações)	Quantum Importado	Termos de Troca
1998/1997	91,7369	0,978528	86,4226	1,345559	106,1492
1999/1998	86,5320	1,026371	114,4629	0,662193	75,59829
2000/1999	99,1983	2,447175	114,2918	1,072301	86,79389
2001/2000	141,3153	6,820581	95,12825	1,058087	148,5524
2002/2001	68,9150	0,079196	98,61539	0,884181	69,8826
2003/2002	104,3181	1,205446	109,9908	1,078904	94,84257
2004/2003	113,3789	1,087976	117,0426	1,07862	96,86977
2005/2004	112,1120	0,943626	119,3407	1,059914	93,9428
2006/2005	109,0234	1,033369	117,6065	2,301958	92,70185
2007/2006	112,7570	1,128498	102,995	0,54492	109,4781
2008/2007	128,6694	0,951463	136,5735	1,04592	94,21257
2009/2008	91,7636	0,903093	73,56845	0,886244	124,7323
2010/2009	105,2471	0,959274	111,4114	1,2582	94,46708
2011/2010	115,6012	1,092497	122,2244	0,965288	94,58111
2012/2011	100,1830	0,893286	103,811	0,945361	96,50519
2012/1997	160,6431	1,72605	216,5875	1,905145	74,17007

Santa Catarina

	Índice Preço (Fischer) (Exportações)	Quantum Exportado	Índice Preço (Fischer) (Importações)	Quantum Importado	Termos de Troca
1998/1997	92,35515	1,006354	132,6614	0,680383	69,617198
1999/1998	85,14289	2,380233	94,72454	0,734113	89,884723
2000/1999	94,74589	0,605931	91,16574	1,188204	103,92708
2001/2000	163,9404	1,821387	88,67222	1,013726	184,88361
2002/2001	55,04903	0,63431	108,1316	1,001115	50,90929
2003/2002	101,4016	1,155114	100,8657	1,057855	100,5313
2004/2003	110,9295	1,18414	94,17432	1,612274	117,79167
2005/2004	110,3175	1,042863	105,9053	1,3695	104,16617
2006/2005	107,6994	0,992888	110,1465	1,438965	97,778323
2007/2006	113,2662	1,089456	111,2501	1,295727	101,81222
2008/2007	121,3985	0,92966	115,5692	1,374132	105,04399
2009/2008	95,06568	0,811572	86,5553	1,060385	109,8323
2010/2009	105,9571	1,113274	102,5122	1,603228	103,36048
2011/2010	97,5932	1,22319	116,2848	1,065495	83,926016
2012/2011	97,08215	1,015219	99,19978	0,988435	97,865288
2012/1997	134,0348	2,374289	203,2528	5,085592	65,944873

Paraná

	Índice Preço (Fischer) (Exportações)	Quantum Exportado	Índice Preço (Fischer) (Importações)	Quantum Importado	Termos de Troca
1998/1997	86,75671	1,00408	92,23926	1,330216	94,05616
1999/1998	83,64611	1,112003	99,62592	0,915169	83,96019
2000/1999	101,9748	1,095713	97,111	1,304407	105,0085
2001/2000	77,7935	1,556358	89,73847	1,172067	86,68913
2002/2001	96,45433	1,111371	94,64118	0,714581	101,9158
2003/2002	105,0144	1,195155	107,8262	0,969891	97,39228
2004/2003	114,684	1,145709	111,6641	1,03429	102,7045
2005/2004	102,3357	1,042478	117,8695	0,953986	86,82119
2006/2005	103,457	0,964929	113,5561	1,162814	91,10651
2007/2006	112,7621	1,093693	107,5346	1,402838	104,8612
2008/2007	128,307	0,961993	133,7249	1,208215	95,94847
2009/2008	91,68389	0,802823	82,01193	0,805137	111,7934
2010/2009	107,2541	1,177708	98,46733	1,47328	108,9235
2011/2010	120,9991	1,014073	111,8554	1,202167	108,1746
2012/2011	99,62993	1,021912	100,1236	1,031761	99,50694
2012/1997	158,4539	2,302728	169,1637	3,465702	93,66897

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da Secex

5. Conclusões

O comércio da Região Sul ao longo do período analisado apresentou saldos comerciais positivos em todos os estados, sendo US\$ 8,64 bilhões a participação de Santa Catarina; US\$ 25,79 bilhões para o Paraná e US\$ 50,92 bilhões o saldo comercial do Rio Grande do Sul. Embora os saldos acumulados tenham sido positivos, somente o estado do Rio Grande do Sul manteve superávit na balança comercial, porém com tendência decrescente. Os demais registram saldos negativos a partir de 2009, no caso de Santa Catarina e em 2010, para o Paraná, depois de um longo período de superávit. A análise agregada para a macrorregião, desde 2010 há registro de déficit no comércio internacional.

De forma geral, o padrão de especialização dos estados da macrorregião sul, mostra que nas importações houve certa concentração de bens finais de alto valor agregado, de média intensidade tecnológica e combustível. Nas exportações, o padrão de especialização é concentrado em produtos de menor valor agregado, como carnes e sementes. No entanto, no caso de Santa Catarina, se observa um fluxo intraindustrial no caso de Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes e Aparelhos de gravação ou de reprodução de som.

A apresentação do cálculo dos números índices indica a tendência de todos os estados da região em auferir perdas nos termos de troca. Devido, em parte, pela importação de produtos de maior valor agregado e a contrapartida da realidade da baixa tecnologia agregada nos produtos da cesta de exportação do sul brasileiro.

6. Referências

APPLEYARD, D.; *et. al.* Economia Internacional. 6ª ed. São Paulo, Bookman, 2008.

DIXON, R.; THIRLWALL, A. P. A model of regional growth rate differences on Kaldorian lines, Oxford Economic Papers, v.27, p.201-214, 1975.

ENDERS, W. 2003. Applied Econometric Time Series. Hoboken, NJ: Wiley.

FOCHEZATTO, A. *et al.*. Testando Relações de Causalidade entre Comércio Externo e Crescimento Econômico em Países da América Latina: Evidências de Dados em Painel e Séries Temporais. Economia, Brasília(DF), v.11, n.3, p.597-629, set/dez 2010

FUNCEX, Metodologia de cálculo dos índices de comércio exterior. Disponível em: http://financasfaceis.files.wordpress.com/2009/04/metodologia_indices.pdf - acesso em março/2012.

HOFFMANN, R. Estatística para Economistas. 4ª ed. rev, São Paulo: Cengage Learning, 2009.

JAYME Jr. Frederico, Comércio internacional e crescimento econômico. Revista Brasileira de Comércio Exterior, n.69, out/dez., 2001.

McCOMBIE, J.; THIRLWALL, A. Economic growth and the balance of payments constraint. New York: St. Martin's Press, 1994.

PORCILE, G.; CURADO, M. Rigidez na balança comercial e movimentos de capital: uma abordagem estruturalista. Revista Brasileira de Economia, v.56, n.3, p.483-495, 2002.

SARQUIS, Sarquis José Buiainain. Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

THIRLWALL, A. P The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates differences. Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review, vol. 32(128), pages 45-53, 1979.